

AS MARCAS DO TEMPO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA COLEÇÃO

Resumo: Esta pesquisa trata do engendramento que dá visibilidade a um conjunto específico de peças no catálogo da Biblioteca Nacional: uma coleção *fin-de-siècle e belle-époque*, formada a partir de livros editados entre 1880 e 1920. São duas categorias que balizam o recorte concebido como *corpus* do projeto: as marcas do tempo literário e as marcas de proveniência. As marcas literárias estão nas obras que editaram no período indicado. As marcas de proveniência permitem reelaborar a memória da trajetória de um exemplar específico ou da coleção de uma biblioteca. Vestígios que, identificados e decodificados, possibilitam uma investigação que recupere os processos de produção, comercialização e seu pertencimento. O projeto tem como objetivo investigar de que maneira estas duas categorias se complementam, ampliando o conhecimento sobre o período e a gama de informações disponíveis no catálogo.

Palavras-chave: *Belle époque*. Coleção. *Fin-de-siècle*. Marcas de proveniência. Memória.

Irineu E. Jones Correa
Doutor em Letras
FBN
orcid 0000-0002-7397-6552
irineu-correa@bn.gov.br
irineujcorrea@yahoo.com.br

Thais Helena de Almeida Slaibi
Doutora em Memória Social
FBN
orcid 0000-0001-5366-8395
thais.helena.almeida@gmail.com

THE MARKS OF TIME AND THE CONSTITUTION OF A COLLECTION

Abstract: This research deals with a specific collection of the National Library: “*fin-de-siècle and belle-époque* collection”, composed by books published between 1880 and 1920. There are two categories that were considered in the scopus of the project: the marks of literary time and the marks of provenance. The literary marks are in the books and authors that edited in the indicated period. The provenance marks make possible to rework the trajectory of a specific specimen or of a library collection. Traces identified and decoded, open the possibility of investigation the production, commercialization processes and their belonging. The project aims to investigate how these two categories complement each other, expanding knowledge about the period and the range of information available in the catalog.

Keywords *Belle époque*. Collection. *Fin-de-siècle*. Provenance marks. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de imagens diversas, o sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros jamais escritos, atravessou a história da civilização ocidental. Estas palavras iniciam o capítulo “Bibliotecas sem muros”, dos estudos sobre *A ordem dos*

livros, de Roger Chartier. Foi exatamente este sonho que fundamentou a constituição de grandes bibliotecas, fossem elas principescas, eclesiásticas ou particulares, e justificou a busca perseverante de livros raros, edições perdidas e textos desaparecidos (CHARTIER, 1999, p. 67).

Na memória da formação da Biblioteca Nacional do Brasil está presente a busca para reunir livros raros, novos exemplares, importantes coleções e o compromisso com a guarda e com a conservação de seu acervo. Obras que por sua natureza histórica, artística, cultural e científica possibilitam o envolvimento da instituição com a produção científica e reforça sua missão de coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional, comprometendo-a com a produção de conhecimento.

É neste escopo que se coloca o estudo sobre livros editados e publicados no país, entre 1880 e 1920, pertencentes ao seu acervo, na perspectiva do estabelecimento de uma coleção de obras literárias, acompanhando as variações que esta categoria teve no período e concebendo como seu *corpus* constituinte as marcas do tempo literário e as marcas de proveniência. Intitulada como “Uma coleção *fin-de-siècle* e *belle-époque* – acervo de livros editados entre 1880 e 1920: produção de conhecimento e conservação de acervos finitos” a pesquisa investe num procedimento de resgate, para fins de visibilidade e memória, de autores e obras que têm seu pertencimento ao patrimônio bibliográfico nacional comprometido em virtude da frágil materialidade, dos efeitos do tempo e das circunstâncias, entre elas aquelas que os colocaram fora do alcance do leitor, do pesquisador e do conservador.

As *marcas que definem o objeto literário* em foco estão nas obras e autores que editaram no período de tempo indicado – produção relativamente pouco visualizada, habitualmente compactada como se fora mero bloco indiferenciado, entre os muito bem-sucedidos Parnasianismo-Naturalismo, movimentos dominantes da cena letrada entre os anos 1879-1900, e o Modernismo de 22, concepção prevalente ao longo de quase todo o restante do século XX. Associadas a tais marcas estariam as *marcas de proveniência* que, identificadas e catalogadas, permitiriam reelaborar a trajetória do exemplar ou da coleção na Biblioteca Nacional. Vestígios como carimbos, *ex-libris*, assinaturas, anotações de autores, leitores, livreiros, encadernadores, proprietários, abrem a possibilidade de investigar padrões e dissenções nos processos de produção, desde o corpo do livro e sua encadernação, até sua comercialização e pertencimento.

Nos seus aspectos sociais mais gerais, o período entre 1880 e 1920 foi de grandes transformações: a escravidão é abolida e a República é proclamada, as cidades crescem e se modernizam, ocorre o primeiro ciclo bem-sucedido de industrialização do país, formam-se as primeiras organizações sindicais e surgem os primeiros movimentos pelos direitos das mulheres (RIO, 2015; CARVALHO, 2003). A reurbanização do Rio de Janeiro buscou colocar a capital federal em situação de igualdade às grandes capitais europeias, como se pode ver no confronto entre os postais de Londres, Paris e Rio de Janeiro, dos primeiros anos do século XX. A própria sede atual da Biblioteca Nacional foi inaugurada em 1910, nesse contexto.

No que se refere ao campo literário, as relações em torno da imprensa e do livro as mudanças são importantes nos 40 anos considerados no estudo. A imprensa periódica, instrumento fundamental para a divulgação de obras e para o debate de ideias e disputa por espaço entre autores, críticos e leitores, vê interesses comerciais e empresariais se aglutinarem em torno dela (SODRÉ, 1977). O livro começou a adquirir características de mercadoria industrial, com fins de comercialização em escala visando ampliar sua clientela. Ele deixa de ser produzido artesanalmente, destinado a um público restrito. O acompanhamento do percurso de aparecimento e posicionamento no mercado de diferentes casas editoras e publicadoras, com suas respectivas tipografias e políticas de impressão indicam senão empreendimentos industriais plenos, no mínimo, a existência de planos e projetos empresariais condizentes com futuros modelos industriais para o negócio (HALLEWELL, 2005).

2 ENTRE O ROMANTISMO E O MODERNISMO – ALGUMAS MARCAS DO LITERÁRIO

O espaço temporal que vai do final do Romantismo, demarcado pela publicação em 1883 de *Os Escravos*, última obra de Castro Alves (1847-1871), e o consagrado movimento Modernista, marcado pela Semana de Arte de 22, é relativamente desconsiderado pelas histórias literárias e pelas antologias canônicas. Os estudos dos momentos decisivos da *Formação da Literatura Brasileira*, clássico de Antonio Candido (1918-2017), têm como data limite 1880. *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, pouca atenção dá ao período, oferecendo um capítulo ao Realismo-Parnasianismo e outro, relativamente curto, ao

Simbolismo, em sua obra. Em 1966, o autor já dedicara um ensaio ao estudo do período, nomeando-o de *O Pré-modernismo*, ou seja, significando-o nos limites de um mero momento preparatório do outro. Apenas no século XXI, em 2007, aparece uma *História da Literatura Brasileira*, de Carlos Nejar, propondo uma mudança no cenário, adensando e problematizando os acontecimentos da época.

Sem que, nos limites desta apresentação, o foco esteja numa análise dos argumentos teóricos e as motivações de cada obra e autor individualmente, o que se constata é uma espécie de sequestro da diversidade e da profundidade do debate estético do período.¹

Aspecto preliminar a ser considerado, numa problematização que pretenda colocar em xeque o paradigma historiográfico canônico, são as elaborações sobre a formação do espaço literário enquanto espaço social relativamente autônomo, na França dos séculos XVIII e XIX, feitas por Bourdieu. Suas observações constataram que o reconhecimento das qualidades e relevância, ou falta delas, que definem as posições de alguns movimentos, obras e autores em relação a outros, postos como perfeitamente definidos num passado histórico cristalizado, seria fruto de lutas e disputas por espaço e reconhecimento entre aqueles atores (BOURDIEU, 1991 e 1998). Experimentada no caso brasileiro, a hipótese sugere que o reconhecimento do Barroco, do Romantismo, do Modernismo, da Geração de 45, do Estruturalismo, do Tropicalismo etc. foi possível no âmbito de disputas desse tipo. Disputas e lutas que não cessaram pois, embora fixados na memória cultural e registrados na historiografia num determinado momento, o lugar e a valoração de cada um deles estarão em questão em razão das leituras que historiadores e críticos fizerem e fazem a cada momento, inclusive neste momento em que este estudo é apresentado.

No que se refere à relação entre a produção de autores brasileiros de literatura editada e impressa entre 1880 e 1920 e as suas condições de visibilidade na memória da cultural nacional, notam-se duas situações inteiramente diversas, embora ligadas estruturalmente. Enquanto autores e obras canônicos são referendados sistematicamente em antologias, historiografias, teses e pela mídia atual, reafirmando seu capital social, há um bom número deles que permanece relativamente invisível naqueles documentos e meios que, ao fim e ao cabo, cada um deles a seu modo, participam da definição do cânone, ou seja, na indicação do que merece ser lido.

¹ O termo foi utilizado por Haroldo Campos em sua denúncia ao “sequestro do Barroco” na história literária escrita por Candido.

Um rompimento importante com padrões canônicos foi a obra *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, de Andrade Muricy que, no final dos anos 1950 reposicionou 131 autores e suas obras, a maioria delas mantidas mais ou menos invisíveis a leitores comuns, quando não, a especializados. Na lista estão, inclusive, autores canônicos, porém, referenciados ali por obras pouco lembradas (MURICY, 1987). Com sua presença, a lista ampliou as dimensões do campo literário brasileiro.

Novos modelos teóricos direcionam suas elaborações no sentido dessa ampliação. Propõem o foco das investigações diretamente sobre as fontes primárias, privilegiando o contato com as obras *princeps* e com documentos como recibos, contratos, cartas e, muito especialmente, periódicos, estes últimos meios que permitem descobrir e acompanhar os inúmeros debates e disputas no campo literário.²

É neles que é possível flagrar, por exemplo, o início da presença de Medeiros e Albuquerque (1867-1934) no ambiente literário. Em 1889, o jovem poeta de 22 anos, lança o livro de poemas *Peccados*, obra fortemente influenciada por estéticas modernizantes e polêmicas, o Decadentismo e o Simbolismo. Um crítico famoso, Araripe Jr. (1848-1911), faz uma crítica ácida à obra, no periódico *Novidades*, de fevereiro daquele ano. Classifica-a como uma tentativa frustrada de cópia do nefelibatismo português de Guerra Junqueiro. A figura do autor é apresentada como um *dandy* maneiroso de hábitos e vestes excêntricas e despropositadas, fantasioso de aventuras pessoais não vividas, ou seja, um mentiroso (ARARIPE, 1889). Estavam anunciados previamente dois artigos sobre o assunto, em dias consecutivos. Ao final daquele primeiro, inclusive, aparecia entre colchetes um “continua”. Porém, nem no dia seguinte, nem nos próximos o segundo artigo foi publicado. O que aparece, três dias depois é uma transcrição de um dos poemas do livro, “Psalms”, e um forte elogio ao autor. O que teria motivado a não publicação da segunda parte da crítica? Questão de difícil resposta conclusiva, mas, o que se constata é que o autor seria consagrado como grande erudito, tornando-se presença ativa na vida literária, cultural e política do país, chegando a integrar a Academia Brasileira de Letras, inclusive como presidente. Anos depois, seu dandismo continuaria retratado como excentricidade, nas páginas de uma *Fon-Fon*, de 1907, mas uma excentricidade com um toque de elegância, num tom muito distante daquele de anos atrás (CORRÊA, 2016).

² Modelos cuja efetiva realização muito devem aos grandes empreendimentos de digitalização das coleções de periódicos de época, como no caso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. In: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

3 PRIMEIROS EXPERIMENTOS

Os exemplos oferecidos aqui, é importante assinalar de modo enfático, tratam de um estágio exploratório inicial do projeto, no qual sequer os instrumentos de coleta de informação estão com sua arquitetura finalizada. Igualmente não está definido o uso dos dados coletados em benefício do catálogo de obras da Biblioteca Nacional – objetivo prioritário do projeto, ao lado da própria produção de conhecimento sobre marcas de proveniência.

Os dois produtos apresentados sinalizam para uma convergência de resultados, seja quando se parte da pesquisa sobre um autor pré-determinado, seja quando parte de um movimento estético mais amplo. O autor é Figueiredo Pimentel (1869-1914). O movimento é o da Padaria Espiritual, do Ceará, fundada em 1892, com periódico próprio durante alguns poucos anos, mas com potência para influenciar a poesia cearense até o século XX.

Alberto Figueiredo Pimentel foi um jornalista famoso na cena finissecular carioca. Sua coluna “O binóculo”, publicada na Gazeta de Notícias, entre 1907 e 1914, era um protótipo da “crônica social”. Opinava sobre tudo, desde a reforma urbana até o vestuário. Sua vida de jornalista foi variada, escreveu em *O País*, *O Diário de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Correio da Tarde*, *O Século* e *Folha da Tarde*, além de diversas revistas literárias e de variedades. Assinava a coluna “*Lettres brésiliennes*”, no *Mercure de France*, desde 1901. Seria, entretanto, através do romance folhetim, com o título de “Artigo 200”, na *Província do Rio de Janeiro*, em 1889, que se tornaria famoso. A história contava as desventuras de uma jovem que engravida e morre em decorrência de um aborto. O escândalo causado pela publicação prenunciava um sucesso como livro, o que realmente aconteceu em 1893, quando o livro *O aborto*, com a história completa, foi lançado pela Livraria do Povo. Seus romances são todos de apelo popular, seja uma literatura do tipo pornográfica, como o título acima, ou histórias sobre banalidades e questões existenciais, como *O Alberto*, *Suicida*, *Um canalha*, *O terror dos maridos*, entre outros (apud MENDES, 2015). Escreveu e publicou livros de poesias: *Fototipias*, *Livro mau*, *Grito de guerra*, *Amor e Carmen*.

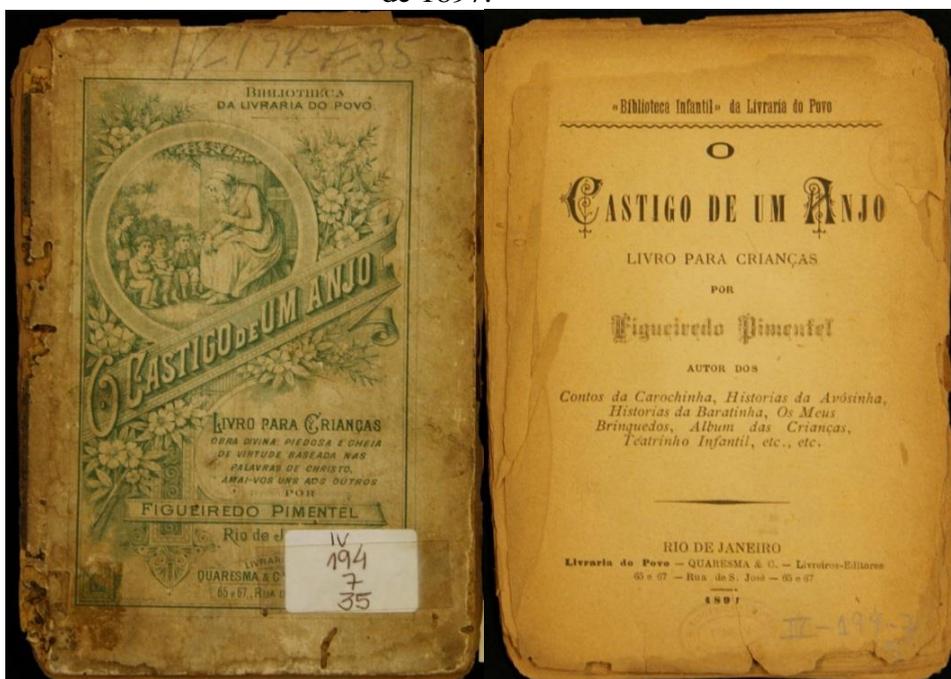
É a produção para crianças e jovens, todavia, que manteve seu nome relativamente presente, nos catálogos, das editoras e, também, da Biblioteca Nacional. Figueiredo Pimentel tem uma extensa obra voltada para esse público. *Contos da Carochinha*, *História da baratinha*, *História da avozinha*, *História de fadas*, *Álbum de crianças*, *O livro das crianças*, *teatrinho infantil*, *O castigo de um anjo* e *Teatrinho infantil*, entre outros, foram e

continuaram sendo publicados desde 1896 até, pelo menos, 1967, indicando muitas décadas de sucesso (*apud* CORRÊA, CATHARINA, 2019). Recentemente a obra adulta do autor voltou às livrarias. *O aborto* foi reeditado, em 2015.

Na busca pelo nome do autor, no catálogo da Biblioteca Nacional, foram localizados 12 títulos diferentes, em edições diversas, num total de 56 livros. Confrontada com a informação publicada na *Gazeta da Tarde*, de 18 de janeiro de 1898, que informa 22 títulos assinados pelo autor, constata-se que a coleção Biblioteca Nacional não está completa, embora seja, provavelmente, a menos falha entre as bibliotecas públicas. As informações catalográficas foram tomadas em diferentes momentos, portanto, sob mais de um padrão normativo e, muito especialmente, sem o sentido de raridade que as obras editadas no período vão adquirindo a cada ano que se passa.

Examinados os exemplares, o título escolhido para tratamento foi *O castigo de um anjo: livro para crianças: obra divina, piedosa e cheia de virtude baseada nas palavras de Christo, amai-vos uns aos outros* – por Figueiredo Pimentel. Editado no Rio de Janeiro, pela Livraria do Povo – Quaresma & C. – Livreiros-Editores, em 1897.

Figura 1: Capa e folha de rosto da obra *O castigo de um anjo*, de Figueiredo Pimentel, de 1897.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

A responsabilidade da guarda desta obra é do Setor de Obras Gerais. Trata-se da primeira edição, publicada em capa dura, ornamentada. Embora tenha uma encadernação mais resistente, a passagem do tempo e as condições ambientais, nem sempre ideais, aliaram-se à baixa qualidade do papel do século XIX, utilizado no corpo do livro, fragilizando o suporte e a costura, gerando um estado de conservação crítico e comprometedor da perenidade da obra, exigindo um tratamento de restauração.

Marcas de proveniência, como carimbos institucionais e anotações de registro e localização da obra dentro da instituição, foram sendo incorporadas ao longo do tempo. Dois destes carimbos foram inseridos na folha de rosto, ação observada com frequência e adotada como uma prática recorrente de carimbagem daquele período. Um terceiro e mais recente carimbo, com registro datado de 2018, foi colocado em uma página pré-determinada pela instituição. Gesto importante que amplia a comunicação da obra com o público, quando esta ação de carimbagem reforça seu pertencimento, sinalizando sua propriedade.

Além dos carimbos, aparecem na capa duas formas de anotações numéricas: uma a grafite e outra uma etiqueta adesiva, com caneta esferográfica preta, correspondendo a localização atual. A mesma anotação a grafite aparece na folha de rosto. Uma anotação em lápis de cor azul, de um outro número de localização, foi inserida na folha de guarda e evidencia pelo menos dois caminhos percorridos por esta obra nas estantes da biblioteca.

Estas marcas, não só cumprem uma determinação administrativa, revelando as rotinas de trabalho, mas também definem uma procedência e possibilitam a reelaboração de uma memória institucional na área da conservação e guarda.

4 MARCAS DE PROVENIÊNCIA: OS LIVROS DEIXAM PEGADAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelas marcas de proveniência nas coleções da Biblioteca Nacional, enquanto temática de estudos e produção de conhecimento, intensificaram-se diante do reconhecimento da existência de *ex-libris*, carimbos, etiquetas e estilos de encadernação com presença recorrente em determinados documentos. Presença quase constante, modificada em alguns momentos ou simplesmente inexistentes em outros. Marcas, como o carimbo, tratado como simples identificador de pertencimento da obra à instituição, ganhou importância no estudo diante da possibilidade de se traçar e compreender a trajetória do livro dentro da

biblioteca. A pesquisa das alterações de forma e informação encontradas neste marcador de pertencimento possibilita o entendimento e seu uso, o período de seu registro ou circulação por entre as seções, ampliando o conhecimento da passagem da obra e seu lugar na instituição.

Em *A vida social das coisas*, Arjun Appadurai faz uma observação capital para este projeto, registrando que “mesmo que nossa abordagem das coisas esteja necessariamente condicionada pela ideia de que não tem significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas”, isso “não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo”. Seria necessário “seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, em seus usos, suas trajetórias e que somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida as coisas” (APPADURAI, 2008, p.17). É exatamente o desafio proposto pela antropologia que fundamenta o projeto, quando propõe registrar a relação entre as marcas de proveniência mantidas relativamente secretas em obras literárias editadas no período 1880-1920 – identificando obras de um período determinado, revelando as marcas indiciárias dos caminhos percorridos por elas, estabelecendo os contornos de uma coleção e especificando uma identidade própria, relativamente diferenciada do todo constituinte do acervo institucional.

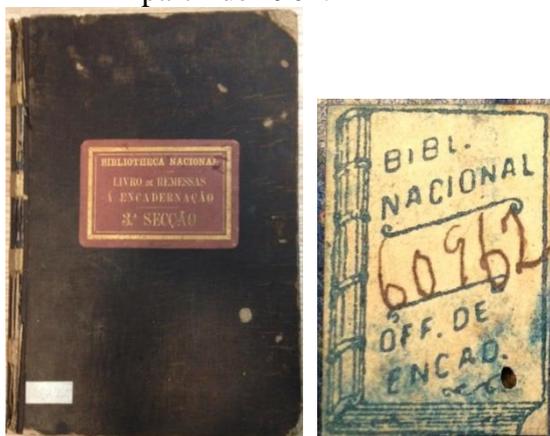
O campo da Memória Social, oferece um conceito importante para essa pesquisa: as pegadas, representadas por restos e rastros armazenados. Na discussão, proposta em *Los trabajos de la memoria*, Elizabeth Jelin analisa essas pegadas como saberes reconhecíveis guardados passivamente como informação arquivada na mente das pessoas, em registros, em arquivos públicos e privados, em formato eletrônico e em bibliotecas. São restos e rastros de um passado, que estão nas ruínas e marcas materiais, nas pegadas *mnésicas* do sistema neurológico humano, na dinâmica psíquica das pessoas, em um mundo simbólico (JELIN, 2002). Embora voltado para a memória, entre o falar sobre recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos, tomamos algumas vezes este conceito de pegadas para reelaborar a trajetória dos livros através de suas marcas de proveniência. Marcas que ao serem examinadas como rastros e restos, deixadas por algum tempo silenciosamente nos livros depositados nas prateleiras, guardam um conjunto de informações que exigem do pesquisador que ele reflita e encare certas marcas encontradas nos livros como rastros armazenados passivamente, espécie peculiar de pegadas. Pegadas que, em si, não constituiriam “memória”,

exigindo para isso que fossem evocadas e localizadas em um marco que lhes desse sentido. Marcas essas, encontradas em documentos arquivísticos e em memórias pessoais.

Recentemente o artigo “Afiml, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória”, de 2019, de Fabiano Cataldo e Maria Lúcia Loureiro oferece o debate biblioteconômico como espaço para “analisar esse documento como suporte de memórias que guardam em si falas e trajetórias”. Especificamente enfocando os estudos das marcas de proveniência, cita David Pearson sobre a possibilidade de que “essas marcas não estão associadas apenas à origem ou ao proprietário, mas também a aspectos que evidenciam o uso do exemplar de um livro” (CATALDO; LOUREIRO, 2019).

Nesse sentido, se os livros falam, considerando o contexto de uma grande biblioteca, como a Biblioteca Nacional e os registros e anotações que são postos neles, deve-se acrescentar que nem sempre os livros falam sozinhos. Outros livros e documentos podem ajudar nesta interlocução, entre eles, muito especialmente, anota-se aqui, os documentos de controle de aquisição, especificamente os livros de Compras, Doações e de Faturas dos séculos XIX e XX. Neles é possível encontrar as listas dos livros que entraram na instituição, quando foram incorporados ao acervo, seus doadores e vendedores, notas de serviço com a relação de obras que foram enviadas para encadernadores particulares e livros de controle da Oficina de Encadernação, da Biblioteca Nacional. Oficina inaugurada em 1902, é um capítulo a parte, oferecendo sua “marca”, com uma etiqueta e um número de controle correspondente ao livro de registro. Em outros exemplares, são as marcas das encadernadoras particulares que contam esta trajetória.

Figura 2: Livro e etiqueta de controle da Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional a partir de 1902.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Voltando à obra destacada, *O castigo de um anjo*, de Figueiredo Pimentel, há nela marcas instigantes.

O *Ex-libris* da Biblioteca Nacional, desenhado por Eliseu Visconti, em 1903, empregado para associar o livro à biblioteca, aparece colado no espelho da capa, o que corresponde a prática institucional quanto a sua localização física na obra. Abaixo da imagem, o campo foi preenchido com a localização atual da obra na estante: IV.194,7,35, escrita com tinta preta característica observada, na primeira metade do século XX.

Figura 3: Ex-libris da Biblioteca Nacional com a localização da obra.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Seguindo a lógica da identificação do pertencimento do livro à biblioteca, se destacam nestas marcas três carimbos institucionais, um carimbo com a letra “R” maiúscula, outro com a inscrição “Bibliotheca Nacional e Publica – Rio de Janeiro”, ambos na folha de rosto, e o terceiro carimbo, Biblioteca Nacional – Brasil. Diferente dos demais carimbos, cuja documentação para seu uso não foi localizada, este terceiro carimbo foi definido como padrão da instituição em um processo que gerou o manual de orientação para “Atribuição de marca de propriedade”, na década de 1990. A partir de então, a carimbagem dos livros passou a ser realizada no verso da folha de rosto e na página 33, quando possível, seguida do número de registro institucional atualizado³, como este encontrado na obra de Figueiredo Pimentel, que traz o número de registro, 1.561.598, e a data de registro, 13/11/2018 – recente, portanto. Na definição do formato do carimbo, o manual descreve que “deverá ser pequeno de modo a não

³ Segundo as servidoras Amanda Souza, chefe do Setor de Obras Gerais e Cláudia Barbosa, chefe da Divisão de Ampliação do Acervo, os registros de obras só começaram a ter validade, para controle, à partir de 1945. Quando são encontradas obras com registro anterior a este ano, elas recebem um novo número de registro e as iniciais AA (Acervo Antigo).

prejudicar a legibilidade de seus caracteres” e oval, “por permitir maior concentração de informações em menor área” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995, p. 45-48). O uso deste carimbo e o acréscimo de um número de registro atual é uma norma da Biblioteca Nacional para livros registrados antes de 1945, por não ter a instituição, até aquele período, uma sistemática de registro comum a todos os setores.

Este registro recente é um sinal de que a peça foi movimentada da prateleira naquele momento. O que teria provocado esse movimento – um leitor? Qual? Aqueles pesquisadores citados nestes mesmo estudo? Esse dado é de interesse do catálogo? Questões que se associam as evidências materiais para reelaborar uma trajetória.

Figura 4: Alguns carimbos da obra *Castigo de um anjo*, de Figueiredo Pimentel, de 1897.



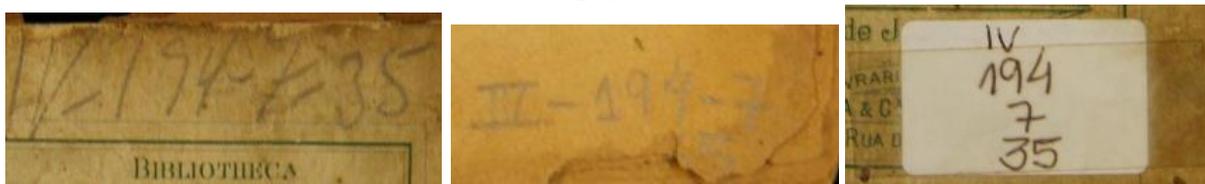
Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Embora o uso e a escolha da informação contida nos carimbos institucionais pareçam evidentes, ainda essas marcas despertam dúvidas quanto sua função específica e seu período de utilização na Biblioteca Nacional. Carimbos como os da Real Bibliotheca e do Infantado, presentes no seu acervo fundador, marcam e definem aquele período. Entretanto, outros carimbos institucionais ainda despertam interesse de investigação. Os *Anais da Biblioteca Nacional* mencionam seu uso em 1904, ao informar que “procedeu-se a revisão geral das estampas para lhes aplicar o carimbo da seção” - Estampas e Numismática (A BIBLIOTHECA..., 1906, p. 409). Informação semelhante aparece no relatório de 1905, sobre o uso do carimbo da Seção de Manuscritos para a carimbagem de “27.304 documentos contidos em 186 latas” (A BIBLIOTECA..., 1908, p. 518). Os demais carimbos foram sendo incorporados ao acervo como o da letra R, encontrado com frequência nas obras do período estudado por este projeto. Uma das hipóteses para seu uso é a possibilidade de a marcação indicar que a obra “já teria sido registrada” e incorporada ao acervo. Este carimbo R desaparece com a utilização do carimbo Reg. nº: __, no início do século XX, o que reforça a

hipótese acima. O carimbo Bibliotheca Nacional e Pública – Rio de Janeiro, diferente do utilizado, anteriormente, Bibliotheca Nacional e Pública da Corte, foi encontrado também nas obras do mesmo período, revelando um sentido mais republicano, de uma biblioteca mais inclusiva. O carimbo Biblioteca Nacional - Brasil, amplia esta noção de inclusão e abre a biblioteca para a nação, independente da cidade onde se encontra e das reformas regimentais da instituição. Esta preocupação aparece no manual de Atribuição de Marca de Propriedade como “medidas acautelatórias de reformas regimentais que evitam a necessidade de apor-se novas marcas sempre que o cronograma institucional é alterado” (FBN, 1995, p. 3).

As anotações de localização aparecem também como marcas de proveniência quando reproduzem um sistema adotado pelo Setor de Obras Gerais. O número em romano (IV) indica que a obra está localizada no quarto andar. Por ser esta a indicação mais antiga, presente na obra, algumas hipóteses foram elaboradas quanto ao registro desta localização, que teria sido realizado no século XX, já no novo edifício da Av. Rio Branco, que a obra tenha entrado no acervo somente no século XX ou mesmo que ela tenha permanecido na instituição sem localização até aquele momento. Estas hipóteses poderão ou não ser confirmadas quando for possível acessar os livros de compras e de doações. Livros que ajudarão a dar voz as marcas e complementar uma narrativa.

Figura 5: Anotações de localização da obras O Castigo de um Anjo. Figueiredo Pimentel. 1897.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

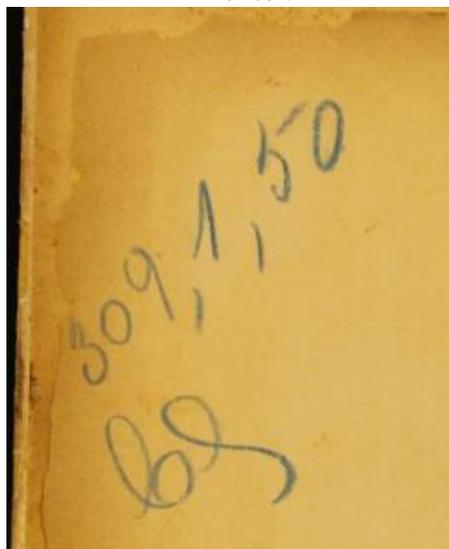
As anotações a grafite, embora utilizado também na primeira metade do século XX para a localização, remete a um período mais recente, a segunda metade do século XX, quando desaparece as anotações em tintas preta, azul ou tinta a base de metal, como a ferrogálica.

A partir da década de 1990, o lápis grafite passa a ser obrigatório no registro das obras, como observado no manual de Atribuição de marca de propriedade, que especifica o material a ser empregado: “grafite de textura macia e pigmentação leve (por exemplo, lápis

6B)”. Na justificativa para esta adoção estava as medidas de preservação dos suportes (FBN, 1995, p. 45-46).

Outra anotação desperta o interesse. A obra traz um número de localização fixa, em lápis de cor azul, seguido das letras CL. No entanto, esta localização não corresponde a utilizada pelo Setor de Obras Gerais, o que abre para um questionamento sobre os caminhos por onde esta obra teria passado. A inclusão das letras CL parece se referir a indicação de uma Contribuição Legal, nomenclatura utilizada antes do Depósito Legal. No entanto, deixa dúvida se poderia ser uma identificação do bibliotecário responsável pelo trabalho⁴.

Figura 6: Localização fixa, em lápis de cor azul, da obra *Castigo de um Anjo*, de Figueiredo Pimentel.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Perguntado sobre o uso de lápis de cor para o registro da localização de obra, esta seria uma prática da segunda metade do século XX, que perdurou até a década de 1980, segundo informações não documentada. Semelhante às práticas dos professores, nas escolas, os bibliotecários utilizavam também o lápis de cor vermelha, azul e raramente em verde.⁵

O que os indícios observados nesta obra podem nos revelar? Nossa hipótese é a de que eles nos permitem identificar valores e comunicação de uma época, preferências de formatos de publicações, estilo para as encadernações, materiais empregados, técnicas utilizadas, encadernadoras, pois alguns exemplares trazem as etiquetas das oficinas de encadernação,

⁴ Informação da servidora Cláudia Barbosa, chefe da Divisão de Ampliação do Acervo.

⁵ Informação dos servidores da Biblioteca Nacional Rutônio Santana e Ana Virgínia Pinheiro.

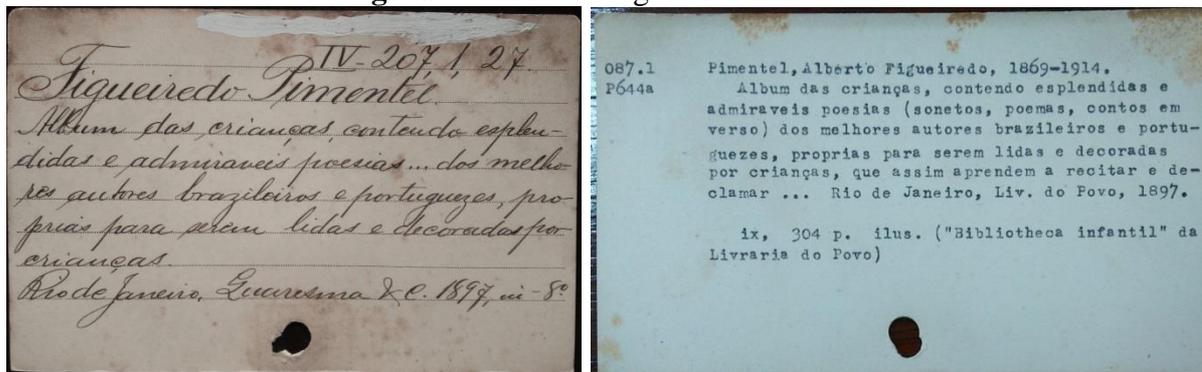
doadores e escolhas para a formação das coleções. Marcas que podem indicar sua trajetória, o gosto ou a necessidade de época, mas também uma escolha ou seleção de tratamento para algumas publicações e seu lugar na hierarquia das obras em uma biblioteca. Lugar que poderá ser identificado pelo modo como estas marcas foram utilizadas e inseridas no corpo dos livros.

Uma hipótese desse teor sugere uma investigação aprofundada das relações entre o canônico e o não canônico literário e as possíveis marcas de proveniência. Um estudo que, aparentemente, não foi desenvolvido ainda. De um lado, buscará estabelecer relações entre instrumentos e instâncias de consagração de um sistema literário e investigar suas implicações na organização, tratamento e movimento das obras no acervo institucional. Uma investigação cuja modelagem aponta para um procedimento de resgate, para fins de visibilidade e memória, de autores e obras que se mantêm invisíveis, na medida em que se mantêm fora do cânone.

5 ALGUNS PONTOS SOBRE PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

Tomado como referência o período 1880-1920, foi preparada uma lista de autores e obras do período, abrangendo nomes canônicos e não canônicos, num total de 49 nomes de autores e 127 obras. Cada autor terá seu nome buscado nos três catálogos existentes na Biblioteca Nacional: eletrônico, de fichas manuscritas e de fichas datilografadas. Sempre em busca de primeiras edições ou edições *princeps*. A partir desses dados, é plausível fixar em 300 o número de títulos, com uma quantidade equivalente de peças, a serem examinadas para que a pesquisa tenha suas hipóteses testadas.

Figura 4: Fichas de Figueiredo Pimentel.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Para identificação e registro das obras foi preparada uma ficha abrangendo a coleta de informações sobre as marcas literárias e as marcas de proveniência. Numa primeira parte, há espaço para os dados da imprensa, acrescidos de itens sugeridos a partir dos estudos sobre marcas paratextuais, de Genette, e os levantamentos sobre bibliologia, de Houaiss.

Especificamente para desenvolvimento das questões referentes às marcas de proveniência e preservação das marcas identificadas esta ficha técnica permite o registro do estado de conservação da obra e identificação das marcas de proveniência bibliográfica, contendo campos para descrição e registro fotográfico. O registro abrangerá as características originais, tais como encadernação, marcas de proveniência bibliográfica (anotações manuscritas de oferecimento e de leituras, carimbos, selos, ex-libris, números de registros etc.) e todos os demais detalhes e indícios que forem encontrados e descobertos. Incluem-se nesses dados o registro e acompanhamento de exemplares que passarem por procedimentos de conservação e restauração, com fins de preservação ou, no mínimo, registro das características originais das obras para sua segurança em relação, por exemplo, às encadernações e materiais utilizados, antigas anotações de localização e papéis ou objetos como marcadores de leitura, todos, aliás, marcas de proveniência.

Marcas de proveniência e marcas do tempo literário comporão um banco de dados e imagens que subsidiarão a atual pesquisa e novas pesquisas no campo da literatura, conservação, restauração e identificação das marcas de proveniência do acervo da Biblioteca Nacional.

Entre autores levantados por Muricy e nosso próprio levantamento priorizamos 61 autores relativamente desconhecidos e de pouca visibilidade nas antologias e nos catálogos da instituição.

O grupo do projeto foi recentemente ampliado, com um novo membro, uma colega que traz o saber da Ciência da Informação, especificamente da Biblioteconomia. Sua primeira ação está focada no estabelecimento da correlação entre os dados da ficha atual e a metodologia MARC, projetando que o banco de dados seja acessível a outros pesquisadores.

O grupo que idealizou, vem discutindo e realizando o projeto tem uma constituição multidisciplinar. É formado por Amanda Souza, Bibliotecária, Fabio Lima, Historiador, Irineu Corrêa, Literato, e Thais Almeida, profissão, todos do quadro de servidores da Biblioteca Nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorado como experimento piloto de um projeto que pretende propor uma metodologia de síntese de um conjunto complexo de informações sobre peças de uma coleção finita. Finita, pois não há livros ou documentos do período sendo produzidos, eles mesmos são restos da história do campo literário e dos procedimentos de guarda.

Estas primeiras anotações sobre o objeto, permitem algumas considerações. Quanto a hipótese geral, a da existência de uma relação entre um determinado período temporal, em nosso caso, 1880-1920, e determinadas práticas, está em pleno momento de teste – o que foi realizado pelos autores de literatura, os modos como a Biblioteca trata as suas publicações vem revelando uma quantidade bastante razoável de procedimentos a serem identificados, examinados e relacionados.

Do lado da produção de obras, apontamos um autor complexo, que escrevia banalidades nos jornais, ficção escandalosa, os ditos “romances para homens”, e histórias para crianças. Para chamar a atenção sobre a complexidade do campo literário, prevenindo das facilidades de considerar que um autor se define exclusivamente por qualidades que seriam individuais, apresentamos o surgimento de outro autor que, ao publicar suas primeiras produções foi ridicularizado, dois dias depois exaltado e, paulatinamente, transformou-se em figura proeminente no campo literário. Quais fatos ampararam essa mudança – a qualidade de sua poesia, as suas relações sociais, ambas, nenhuma delas?

No que diz respeito às marcas de proveniência materiais – carimbos, lápis, selos, modos de registro vêm oferecendo indicações importantes de práticas com referências ligadas ao período. Há, em diversas obras, um selo que assinala a novidade de uma oficina de encadernação da Biblioteca Nacional, no antigo prédio do Largo da Lapa. Novidade dos anos de 1902 pois, de 1834 até esta data, as encadernações eram feitas fora da instituição. Há uma variação da cor do lápis que anota a localização – prática aleatória, talvez a disponibilidade de lápis daquelas cores ou rito administrativamente determinado? Já descobrimos que o uso do grafite macio foi determinado pela intenção expressa na preservação do suporte da obra.

O que dizer da passagem da ficha manuscrita para a datilografada – quando aconteceu, quais os critérios para privilegiar alguns registros e manter outros apenas manuscritos? Quais os valores determinantes das opções de conservação e registro de uma obra?

Nada disso fatos e práticas banais, numa instituição que preza o registro científico de seus fazeres – a se considerar a apresentação dos Anais da Biblioteca, por Ramiz Galvão (1846-1938), um de seus diretores que trabalhou para a organização dos trabalhos, para a internacionalização da instituição e valorização dos funcionários.

Eis nossa pesquisa em movimento.

REFERÊNCIAS

A BIBLIOTHECA Nacional em 1904: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 409, 1906.

A BIBLIOTHECA Nacional em 1905: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 518, 1908.

APPADURAI, Arjun. Introdução. In: APPADURAI, Arjun (org). *A Vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. da UFF, 2008.

ARARIPE JÚNIOR. Peccados, versos de Medeiros e Albuquerque. *Novidades*, Rio de Janeiro, 25 fevereiro, 1889.

AZEVEDO, Sânzio. Livio Barreto e o simbolismo no Ceará. In BARRETO, Lívio. *Dolentes*. 2. ed. Fortaleza: Secult-CE, 1970, p. 11-26.

BÓIA, Wilson. *Antônio Sales e sua época*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 89, n. 1, p. 3-46, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1998.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CORRÊA, Irineu E. J. Decadentismo: estética da crise finissecular. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 133-134, p. 415-438, 2016.

CORRÊA, Irineu E. J.; CATHARINA, Pedro Paulo G. F. Figueiredo Pimentel na Biblioteca Nacional: ensaio sobre uma coleção invisível. In: MENDES, Leonardo. CATHARINA, Pedro Paulo G. F. *Figueiredo Pimentel: um polígrafo na belle époque*. São Paulo, 2019, p.175-226.

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do livro*. Trad. Fulvia L. M. Morett, Guaciara M. Machado. São Paulo: EDUSP, 1992.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2005.

HOUAISS, Antonio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: INL, 1967.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MENDES, Leonardo. O Zola da Praia Grande: Figueiredo Pimentel e o naturalismo. In: PIMENTEL, Figueiredo. *O Aborto*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 7-14.

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 2 v.

PIMENTEL, Figueiredo. *O Aborto*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

RIO, João. *No Tempo de Venceslau*. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, 2015.

SLAIBI, Thais Helena de Almeida. *Memórias dos Conservadores, Restauradores e Cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980*. 2019. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manoel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX: antologia de crônicas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.